



“Nutrizes fracas, crianças fracas”: a saúde da lactante e do lactente pela propaganda higienista e publicidade alimentar do jornal *O Estadão* (1901-1940)

Nursing hop, children weak: the health of nursing and nursing by the advertisement and food advertising of the newspaper *O Estadão* (1901-1940)

*Ariza Maria Rocha*¹

RESUMO

Este artigo discute a inserção dos suplementos alimentares, tais como: as vitaminas, tonificantes, alimentos naturais e industrializados, na propaganda higienista e nas imagens publicitárias do jornal *O Estadão* (1901-1940) como recomendação à saúde da lactante e do lactente pela propaganda higienista e publicidade alimentar brasileira. Palavras-Chave: alimentação infantil, higienista, Jornal “O Estadão”.

PALAVRAS-CHAVE: Alimentação Infantil, Higienista, Jornal “O Estadão”.

ABSTRACT

This article discusses the insertion of food supplements, such as vitamins, tonics, natural and industrialized foods, hygienist advertising and publicity images of the newspaper *O Estadão* (1901-1940) as a recommendation to the health of the nursing mother and the infant by hygienist propaganda and Brazilian food advertising.

KEYWORDS: Child feeding, Hygienist, Newspaper *O Estadão*

Introdução

O saber e o poder do higienista imperavam como autoridade em discursos, ações e imagens tanto na propaganda oficial do governo quanto na publicidade de periódicos brasileiros, entre eles o jornal de São Paulo *O Estadão*, que vivia os dias dos ideais modernizantes, nacionalistas e higienistas da formação do brasileiro em meados do século XX. Nesse contexto, indagamos de que forma os suplementos alimentares – tais como:

¹ Universidade Regional do Cariri. Profa. Do Mestrado Profissional em Educação e do Centro de Ciências Biológicas e da Saúde – CCBS. E-mail: arizarocha2000@yahoo.com.br.

as vitaminas, tonificantes, alimentos naturais e industrializados – foram incorporados na propaganda higienista e nas imagens publicitárias como recomendação à saúde da lactante?

Para tanto, convém inicialmente esclarecermos o que atribuímos a propaganda e a publicidade. A primeira apresenta-se com uma amplitude maior no sentido de propagar ideais, doutrinas e ideias morais, educativas, políticas, religiosas, etc. Geralmente utilizada no desejo de infundir boas ideias e práticas. No caso da propagação do discurso higienista no referido período, trata-se de corrigir e moralizar os costumes considerados perniciosos à saúde. A publicidade nos periódicos principia no século XVII (BRAGA, 2007) e consolida-se no século XX. Direcionada a comunicar a oferta de produtos e serviços, recorre ao “[...] discurso persuasivo, sedutor, que está voltado para o consumo” (SANTOS NETO; BARBOSA, 2007), extrapola a dimensão econômica, pois “[...] seus efeitos não são apenas econômicos, mas também sociais, culturais e políticos” (CAETANO; ESTRELA, 2004, p. 5).

Com esse fim, empregam-se a linguagem verbal e a visual criando “[...] características reais ou imaginárias de um certo produto a fim de envolver seu público” (CAETANO; ESTRELA, 2004, p. 5). Assim, a imagem e a fotografia no período aqui pesquisado foram empregadas ora como recurso principal, ora como acessório para atrair o público feminino, bem como a população iletrada brasileira, composta por 74,6% de seus habitantes (BOMENY, 2003), conforme as primeiras estatísticas do século XX.

Apesar da tênue fronteira entre a propaganda e a publicidade e da não existência de um consenso entre os estudiosos nem conceitual e menos ainda dos limites de cada um, optamos por trabalhar com as principais características da propaganda e das peças publicitárias apoiadas na tipologia exposta por Caetano Estrela (2004) para nos debruçarmos sobre o jornal *O Estado de São Paulo*.

O periódico evidencia as preocupações do passado, cujas páginas apresentam o discurso científico dos médicos e a publicidade comercial como testemunhos daquela sociedade. Criado em 4 de janeiro de 1875, o periódico

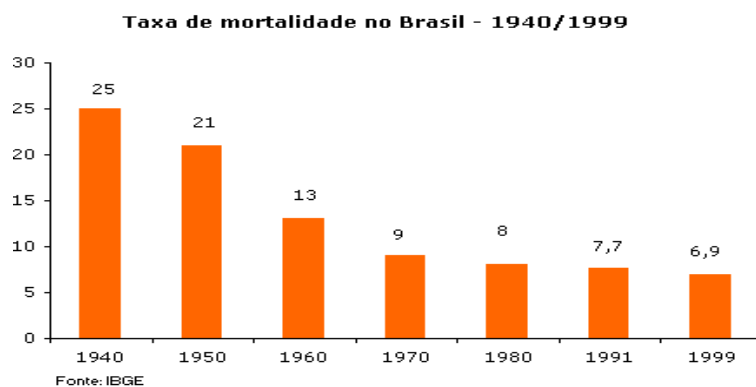
A Província tornou-se O Estado de São Paulo (O Estadão) no ano de 1902. Da data de sua criação (1875) aos dias atuais (2018), o referido jornal tem 143 anos de atuação no trânsito das ideias e ações no cenário brasileiro. Por essa fonte é que pretendemos acompanhar a influência do saber e do poder dos higienistas à saúde das nutrizes como ponto de partida para o melhoramento da raça e para o combate à mortalidade infantil.

Dispersas nas páginas do periódico, as propagandas recorriam à linguagem verbal para explicar, denunciar e educar as famílias brasileiras, particularmente as mulheres. A publicidade, inicialmente tímida, recorria à linguagem verbal na emissão da mensagem, contudo a iconografia (fotografia de bebês e imagens dos produtos) foram predominando nos anúncios. Entretanto, ambas complementavam-se: a primeira vendia os ideais higiênicos; e a segunda vendia as ideias higiênicas nos alimentos, remédios e cosméticos.

Nesse sentido, a análise das matérias publicadas no referido periódico ajuda a compreender o discurso do movimento médico-higienista em prol da amamentação infantil, além de conhecer as estratégias adotadas para incentivar o aleitamento materno e o “aconselhamento” de reforços alimentares no fortalecimento da saúde física da mulher, o que possibilitou um consentimento de novos produtos voltados ao público feminino no mercado brasileiro nos meados do século XX.

Assim, por motivos de saúde da lactante e do lactente, o “consentimento” do higienista foi substancial para a inserção de novos gostos alimentares, como veremos adiante. Esclarecemos que não somos contra a atuação dos médicos, haja vista que foi através da atuação desses agentes sociais que denúncias, alertas e estudos fomentaram a política pública de saúde no país, inclusive propiciando a redução da mortalidade infantil nas décadas seguintes, conforme dados estatísticos apresentados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2018).

Gráfico 1 – Pessoas que morreram por 1.000 habitantes durante um ano entre 1940-1999



Constatamos então que nas décadas posteriores houve uma queda da taxa de mortalidade no Brasil no período de 1950 a 1999. Sem desprezar os muitos fatores que podem ter afetado a estatística relativa à mortalidade infantil, não se pode ignorar a ação dos higienistas no combate à elevada mortalidade das crianças menores de 1 ano no princípio do século XX.

Assim, partimos do estudo e levantamento do acervo *on-line* do jornal *O Estadão*, de onde nasceu este trabalho, fundamentado em autores como Barbieri e Couto (2012), Bosi e Machado (2005), Braga P. e Braga I. (2012), Silva (1990), entre outros. Recorremos ainda à pesquisa documental; nesse âmbito, utilizamos o jornal de São Paulo *O Estadão* (1901-1940) para analisar os textos escritos e as imagens publicadas dos produtos alimentares e cosméticos voltados aos cuidados da saúde da lactante e consequentemente do lactente.

Nosso recorte histórico foca as décadas de 1901 a 1940 pelas seguintes razões: primeiro, devido à eleição da mulher como protagonista na formação de um país forte. Por esse caminho, depreende-se a alusão de que o desenvolvimento econômico do país necessitava de brasileiros robustos e saudáveis, conforme menciona a obra *O Brasil, suas riquezas naturais, suas indústrias* (MOTTA; VERSIANI; SUZIGAN, 1986), da relação da riqueza e do progresso da pátria com a força (motriz), robustez e vigor físico. Segundo, o século XX apresentou muitas mudanças no aleitamento, entre elas: o lento desaparecimento da oferta e procura das amas de leite, a enérgica inserção dos produtos lácteos, a sedução dos produtos de fortalecimento da saúde das nutrizes, bem como os produtos galactóforos, que prometiam melhorar a

produção de leite para as mães com dificuldades. Até então, predominavam as receitas caseiras – a exemplo da ingestão da garapa (caldo) da rapadura preta, lambedores e xaropes naturais – e outros regimes alimentares, a exemplo dos costumes portugueses, com os caldos de galinha, gemas de ovos, laticínios, amêndoas e pinhões (BRAGA, P.; BRAGA, I., 2012). Em casos sem solução, o jeito que tinha era substituir o leite materno pelo animal (vaca e cabra).

Lentamente naturalizava-se, no quadro de crescimento da importação e industrialização de bens de consumo do Brasil do século XX, a inserção de outros reforços alimentares e produtos alimentícios de marcas estrangeiras (aveia da marca Quaker Oats, leite condensado e farinha láctea da Nestlé, entre tantos outros). Assim, acompanhar a publicidade no referido contexto é se aproximar dos problemas de saúde que se evidenciavam nos anúncios, bem como da tendência do mercado alimentar daquela época.

Este trabalho estende-se por três pontos, que se iniciam com um enquadramento do discurso higienista dos benefícios e riscos do aleitamento materno; ponto seguido pelas estratégias de incentivo à amamentação pela propaganda ideológica higienista e a pedagogização das nutrizas; e finalizado pelo prolongamento do discurso higienista na publicidade dos reforços alimentares às lactantes, na busca da imagem da criança robusta e saudável condizente com os interesses do melhoramento da raça brasileira.

1 O discurso dos benefícios e riscos do aleitamento materno

Por que morrem tantas crianças? Eis a indagação e a indignação daqueles que desejam filhos fortes para uma nação forte. Uma criança não poderia ser robusta se tivesse recebido um leite fraco das mães ou das nutrizas contratadas, também chamadas de amas-secas, amas de leite e amas de criação.

O elevado índice de mortalidade de crianças brasileiras ao longo do século XX preocupou a comunidade médico-sanitária e a sociedade brasileira. Na busca de explicações e soluções, discutiam-se as condições higiênicas da alimentação infantil, desconfiando-se então dos casos de

aleitamento materno e de uso de leite de vaca, como teremos ocasião de demonstrar nas próximas páginas.

Tal suspeita ultrapassava os círculos médicos e chegava às páginas do jornal *O Estado de São Paulo* (1903), a exemplo da *These de Bieux*, em que um anônimo defendia na seção “Notas e Informações” a diminuição de crianças amamentadas por mulheres do campo, pois, na falta ou na “debilidade” do leite materno, as progenitoras apelariam ao leite Nestlé, de modo a obterem “resultados animadores”, e com a vantagem de “fiscalizarem” a alimentação infantil.

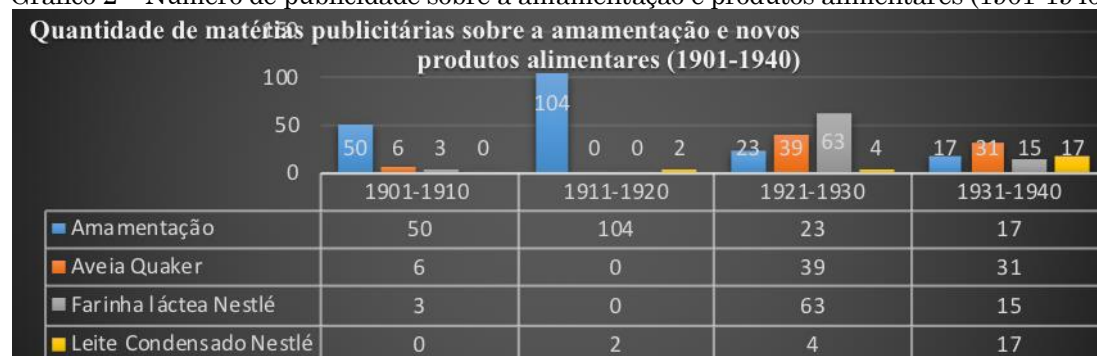
Apesar de a marca Nestlé atuar no Brasil desde 1876 com a farinha láctea, para compreender a repercussão da referida “These” no jornal brasileiro se faz necessário reportar-se a Paris, em 1901. No teatro Antoine estreava a peça *Les Remplaçantes*, comédia de três atos do dramaturgo e jornalista francês Eugène Brieux (1858-1932). Na manifestação artística, o autor criticava as mães que contratavam mulheres do campo para amamentar os filhos. Essa realidade não era, porém, novidade, pois está documentada pelo menos desde o século XVI.

Dois anos depois da estreia, a representação artística francesa foi debatida no Brasil no periódico supracitado, pontuando a discussão da saúde alimentar do lactente e das lactantes – progenitoras e amas de leite, segundo Barbieri e Couto (2012) –, revelando também as diretrizes do movimento higienista e o consentimento social da substituição do aleitamento natural pelo leite industrializado, a exemplo do que era produzido pela Nestlé. Até então, ninguém cogitava acerca dos perigos da alimentação industrializada, que se tornaram totalmente comuns na década seguinte. No entanto, ao contrário, a *These de Bieux* incentivava as mães com leite fraco e insuficiente a substituírem o aleitamento pelo leite Nestlé para a criação saudável dos lactentes, destacando o leite industrializado como mais saudável do que aquele da mulher do campo e o poder da fiscalização da saúde alimentar infantil.

Apesar de o consumo do leite industrializado, a exemplo do leite de Gartner, já existir na dietética infantil no Brasil (SOUZA; ALMEIDA, 2005),

o registro é precioso e permite acompanhar as notícias diárias do citado período, suscitando a relevância do debate sobre a temática como também a forma segundo a qual essas questões foram absorvidas na propaganda oficial e nos anúncios publicitários. Diante do exposto, o gráfico adiante registra o declínio da amamentação e a adoção de novos produtos alimentares para as lactantes e lactentes no Brasil:

Gráfico 2 – Número de publicidade sobre a amamentação e produtos alimentares (1901-1940)



Fonte: Elaboração própria a partir da recolha efetuada em *O Estadão* (2018).

A partir do gráfico, observamos uma mudança nas matérias voltadas à amamentação tanto nas notas quanto nas imagens publicitárias do referido jornal. No início do século XX, já não havia mais anúncios para a contratação dos serviços da ama de leite, em contrapartida surgiu, cada vez com mais frequência, a oferta de alimentos, remédios e cosméticos para que a mulher recuperasse a saúde, a beleza e a robustez perdidas durante o período da gravidez e da amamentação, de modo a poder oferecer um leite saudável ao bebê. Tais práticas merecem uma atenção especial, pois eram diretamente afetadas pelo pensamento higienista.

Para além da culpabilização das mulheres, faz-se necessário examinar as mudanças sociais e econômicas ocorridas nos grandes centros urbanos ao princípio do século XX, particularmente em São Paulo. Entre as consequências do crescimento desordenado dos espaços urbanos, estavam a insalubridade, a poluição, a falta de saneamento, as moradas precárias, a desnutrição, o desemprego, entre outros problemas que apontavam a fragilidade das condições sanitárias da população.

Nesse quadro urbano, crescia a preocupação com a proliferação das doenças epidêmicas no país, a exemplo do cólera (SANTOS, 1994), da febre

amarela (MENDICINO, 2012), da varíola (ALMEIDA, 2014) e da tuberculose (ANTUNES et al., 2002), que também assolaram países como Portugal, França e Espanha. A inquietação de médicos e intelectuais com as impurezas do ar, a qualidade da água e do solo, as condições habitacionais, as roupas e a higiene pessoal, bem como com os vícios, os hábitos e as práticas consideradas perniciosas à saúde, desencadeou, no contexto da medicina social dos séculos XIX e XX, o aparecimento do movimento higienista em países como a França (BAUBÉROT, 2008) e a Espanha (RUÍZ RODRIGO; PALACIO LIS, 1999), entre outros. Cabe, porém, entendermos a instauração da palavra “higiene”. Para tanto, trazemos o excerto adiante:

Higiene já não é o adjetivo que qualifica a saúde (*hygeinos*, em grego, significa ‘o que é são’), mas o conjunto de dispositivos e saberes que favorecem sua manutenção. É uma disciplina específica dentro da medicina. É um corpo de conhecimentos, e não mais um qualificativo físico. Com esse título, subitamente um campo se especializou. Trata-se de sublinhar seus ‘vínculos com a fisiologia, a química, a história natural’, insistindo em suas pertinências científicas. Impossível evocar uma tal disciplina sem lembrar uma certa exigência de rigor. Impossível pensá-la sem fazer dela um ‘ramo’ específico do conhecimento médico. (VIGARELLO, 1996).

Nesse longo processo de transformação da palavra, em nome da saúde individual e social, a autoridade do médico promovia a modificação de velhos hábitos e práticas higiênicas no espaço público, por exemplo, hospitais, escolas, praças, cemitérios, entre outras instituições, e no espaço privado da população, para efetivar a “moralização da limpeza” (VIGARELLO, 1996), passando-se a disciplinar o corpo, as roupas, as relações sexuais, a família, etc.

Apesar da desigualdade interna do movimento, discursos e ações educacionais circulavam em hospitais, orfanatos, escolas, fábricas, locais de lazer, praças, restaurantes, residências e periódicos cujas matérias nos permitem acompanhar a atenção dada ao aleitamento natural da criança e à saúde das progenitoras e das amas de leite.

Para atender às demandas da saúde nos centros urbanos, emergiram outros saberes científicos dedicados à alimentação da criança, pois “[...] dela depende tudo o que diz respeito ao corpo. Determinando os humores e suas qualidades, sua composição determina o que é sadio” (VIGARELLO, 1996,

p. 49); para tanto, era preciso que o Plano de Reorganização dos Serviços da Higiene Municipal do Rio de Janeiro envolvesse a “[...] higiene da infância, amamentação, assistência médica às crianças desde o nascimento até os 14 anos, inspeção das amas de leite e distribuição de vestuários” (O ESTADÃO, 1912, p. 7).

Nesse contexto, destacamos a atuação científica da bromatologia (ciência que estuda os alimentos), puericultura (MARQUES, 2001), pedologia (FERREIRA, 2010), higiene da gravidez, parto e infância, levada a cabo pela Sociedade Brasileira de Higiene, pelos Congressos Higiênicos, pela polícia sanitária e pelo inspetor médico-escolar na disciplina de Higiene no Ensino Brasileiro. Tais ações revelam a consolidação do saber e do poder do médico-sanitarista, ou, nas palavras de Vigarello (1996, p. 186), “Uma insistência em sublinhar uma competência ‘científica’”.

Mudou-se o foco, mas não o pensamento higiênico, pois, ao tempo que os discursos médicos propagavam a ideologia higienista, os anúncios publicitários apropriavam-se do discurso para a venda de produtos voltados à saúde da criança e da mulher, a exemplo da marca Nestlé (empresa Suíça), criada em 1866, que introduziu inicialmente a farinha láctea e o leite condensado no Brasil.

A saúde infantil estava no centro dos debates e eram significativos os esforços para reduzir o número de “abortos, bebês prematuros e débeis, natimortalidade; mortalidade puerperal; crianças abandonadas; mortalidade infantil” e ainda proporcionar o “levantamento moral da mãe abandonada” (O ESTADÃO, 1932, p. 3). Todas essas questões passavam pela saúde alimentar da mulher e conseqüentemente do bebê, pois nutrizes fracas redundavam em crianças fracas. Nessa situação, a mortalidade infantil era associada à falta de higiene do aleitamento, como demonstra a notícia adiante:

Das 127 pequenas victimas, 121 eram brasileiras, 3 portuguezas e nenhuma de outra nacionalidade. Estes algarismos são impressionantes e, á primeira vista, parecem inexplicáveis e até contraditórios. A população nacional é notoriamente, no Rio, a mais abastada, mais culta, mais escolhida, e são exatamente a esses lares que o anjo da morte elege para enlutar, poupando os

estrangeiros, renovando, assim, o castigo imposto outrora às famílias egypcias, com a exclusão dos hebreus no tempo de pharaó. A explicação, entretanto, não é difícil. É que a brasileira das cidades não amamenta o seu filho, o aleitamento artificial devasta os berços e predispõe nas creanças que escapam os dois annos para toda as moléstias do aparelho digestivo e da nutrição. As mães a quem não sobra tempo nem recursos para dar aos filhos a mamadeira mortífera, dão-lhes o seio e salvam-nos. Eis a irrefutável. [...]. As mães de Nitheroi, como as do Rio, devem convencer-se desta verdade, aplicar a mamadeira à boca de uma creança é condemnal-a á morte. Nem todas são, é verdade, victimadas; mas a sentença não é revogada, fica apenas comutada. É raro resistir uma creança á amamentação artificial inteiramente e condemne e, com os órgãos digestivos perfeitos e preparados para o financiamento normal pela vida adiante. (O ESTADÃO, 4 maio 1914, p. 3).

Estava posta a discussão sobre a dietética infantil que envolvia as mães brasileiras, estrangeiras, do meio urbano, cultas e sem recursos. A solução para essa mazela social era pronunciada por Clemente Ferreira, médico e professor, no jornal *O Estadão* (2 fev. 1922, p. 4): “Só há uma verdade: é a ‘que o seio é o melhor alimento e o melhor medicamento da criança enferma’”.

Esse médico era um homem instruído que frequentava as instituições de assistência e de educação à maternidade no auxílio da amamentação de outros países, tais como Suécia, Hungria, Itália, França, entre outros. Da visita *in loco*, o médico informava suas percepções e opiniões ao público brasileiro pelas páginas do jornal, a saber: *Brephotrophioes*, na Suécia, Hungria e Itália (O ESTADÃO, 16 nov. 1910), *Cantines Maternelles* (O ESTADÃO, 4 dez. 1910), os organismos de Mutualidades Maternas e Escolares (O ESTADÃO, 25 out. 1913), o *Pouponnière* e o Instituto de Puericultura da Porchefontaine (O ESTADÃO, 5 out. 1912), na França.

Para Vigarello (1996, p. 186), tal ação era nada mais do que uma mistura de “filantropia e controle social”, a exemplo do movimento francês de Mutualidade Materna, que prestava auxílio, proteção e ensinamento às mães operárias no aleitamento e amparo às crianças. Segundo Clemente Ferreira, o referido movimento criou hospitais e escolas em que socorreu mais de “30.000 progenitoras pobres, coadjuvando-as eficazmente nas crises

da maternidade e auxiliando-as no dignificante mister da amamentação de seus lactantes” (O ESTADÃO, 25 out. 1913, p. 3).

O ilustre médico era um profundo conhecedor dos estudos de Ambroise Paré (1510-1590), cirurgião francês; de Charles Hunter Dunn (1875-1926), professor da Universidade de Harvard; de Luigi Concetti (1854-1920), pediatra italiano; de Leopold Mabillean (1853-1941), presidente do Movimento Nacional de Mutualidade Francesa; de Felix Poussineau (1841-1930), fundador francês do *Mutualité Maternelle*; e de Léon Bourgeois (1851-1925), sociólogo e estadista francês. Enfim, um homem antenado com as ideias da vanguarda de uma geração. Além dos aqui citados, Clemente Ferreira introduzia também a obra da francesa Marie Béquet de Vienne (1844-1913), feminista, militante e ativista dos direitos das mulheres, cujo trabalho tinha relevância social no atendimento da “[...] maternidade e da infância necessitadas” (O ESTADÃO, 25 out. 1913, p. 3).

Já entre os médicos brasileiros que se destacaram na empreitada pelo aleitamento, destacamos: Raimondi, puericultor; Octavio Gonzaga, inspetor de Higiene Infantil; Figueira de Mello, diretor dos Serviços de Higiene Infantil; Moraes Barros Filho, médico e professor de Higiene Infantil; Borges Vieira, diretor do Serviço Sanitário; Synesio Rangel Pestana, médico do Asilo de Expostos; Victor Godinho, Inspetor Sanitário, etc. Estas autoridades discutiam a amamentação, sobretudo das operárias, na seção de medicina do jornal *O Estadão* (13 set. 1907, p. 2):

Quanto á assistência ás mulheres grávidas, deveria ser um pouco mais esclarecida. Diz o orador que desejaria que esse pedido fosse formulado de tal forma que ficasse marcado um tempo determinado para essa assistência, tempo que julga dever ser o último trimestre da gestação. Numa cidade industrial como São Paulo, é preciso que essa protecção seja dada no último trimestre da gravidez, e ainda, se for possível, no primeiro trimestre da amamentação, isto que as mulheres, depois de desembraçadas, continuem a amamentar seus filhos pelo menos nos três primeiros mezes. Isto, está claro, não depende do governo, que não póde obrigar os industriaes a fazel-o, mas o congresso poderia exprimir um voto solicitando desses industriaes para as suas operarias, com vencimento nos últimos 3 mezes e nos 3 primeiros mezes da amamentação.

Extensão dessa preocupação foi levada ao plano político com o projeto da lei do trabalho apresentado pelo deputado Maximiano de Figueiredo na Comissão de Constituição e Justiça da Câmara dos Deputados Federais, como substitutivo ao projeto n. 4 - A, de 1912. Diz o parágrafo 2º: “No período de lactância, tem direito a mulher a um quarto de hora, durante o trabalho, até três vezes por dia, para a amamentação do filho, sem prejuízo do descanso ordinário” (O ESTADÃO, 15 out. 1917, p. 4). Destacamos que, entre as permanências e as rupturas do movimento higienista na sociedade brasileira, a doutrina tomou aspectos divergentes e heterogêneos pelo país (GÓIS JUNIOR, 2014); além de ultrapassar as fronteiras da medicina, ingressou em outras áreas, a exemplo da política.

A higiene e a medicina aproximaram-se da política. O trânsito de influência e conhecimento circulava na saúde pública e no Poder Legislativo. Foi o caso do médico Serafim Vieira de Almeida, provedor da Santa Casa da Misericórdia, em São Carlos do Pinhal, São Paulo (SP), vereador e presidente da Câmara Municipal de São Carlos em 1905-1906 e 1928-1929, em Pinhal/SP.

No fervoroso debate higienista, o aleitamento artificial e os maus regimes causavam “[...] gastro-enterites, as diarrhéas e a atepsla ou a atropilla victimam ás crianças da primeira idade” (O ESTADÃO, 2 fev. 1922, p. 4). E os médicos indagavam: “E o que fazia a mãe ou ama de leite recorrer ao leite artificial?” (O ESTADÃO, 2 fev. 1922, p. 4).

Vejamos algumas respostas: primeiro, as mulheres operárias, por conta do excesso do trabalho nas fábricas, apresentavam um leite fraco, considerado “venenoso”, daí a criação de tantas casas (Mutualidade Materna) de caridade e educativas voltadas a amparar os “refúgios operários”; segundo, algumas mulheres, e até mesmo os orfanatos, a exemplo do Asilo dos Expostos, recorriam ao leite animal (vacas e cabras), cuja procedência era questionada em razão da possibilidade de transmissão da tuberculose aos seres humanos; e, terceiro, devido ao fato de algumas mulheres apresentarem dificuldades na amamentação, a exemplo de rachadura nos seios e diminuição do leite; algumas delas, inclusive, para

não perderem a graça feminina, recorriam à contratação de “nutriz mercenária” (O ESTADÃO, 9 set. 1931, p. 7), o que, ora por fraqueza, ora por falta de higiene, afetava o desenvolvimento físico da criança.

Também não foram poucas as medidas de combate, entre elas a pedagogização, ou seja, a formação para o aleitamento saudável das mães e amas de leite, bem como, de uma forma geral, ao público feminino (as futuras mães), através de vias institucionais (Escola Normal, Orfanatos, Hospitais, Casas de Caridade, etc.), além da difusão de técnicas corporais proibidas ou permitidas de acordo com o valor imaginado da saúde alimentar da nutriz, divulgadas na propaganda oficial e na publicidade comercial.

Nesse contexto, a institucionalização da higiene era pedagógica, pois do discurso à ação criavam-se as estratégias de incentivar o aleitamento materno, entre eles pedagogizar as mães, divulgar a ideologia da saúde alimentar das lactantes e lactentes na propaganda oficial e divulgar novos produtos alimentares, farmacêuticos e cosméticos.

O jornal *O Estadão* não ficou fora da pedagogização do público em geral. Ser forte, saudável e higiênico eram características presentes nas imagens e palavras na promessa de fortalecer as mães e amas de leite com as castanhas brasileiras, vitaminas, fortificantes, vinhos biogênicos, emulsões, purificadores do organismo e geradores de leite, enfim, reforçadores da alimentação voltados às lactantes, antes, porém, era preciso instruir as mulheres, tópico que abordaremos a seguir.

2 As estratégias de incentivo à amamentação: a propaganda ideológica higienista e a pedagogização das nutrizes

O discurso transforma-se em ação didática e sistematizada e institucionaliza práticas corporais e técnicas variadas na instrução feminina aos cuidados higiênicos e moralizantes da gestação à amamentação infantil, uma ação voltada a educar e disciplinar as nutrizes. É isso que chamamos de pedagogização das nutrizes. Na cruzada pró-infância, era preciso “[...]”

facilitar, favorecer e animar a aleitação ao seio” (O ESTADÃO, 2 fev. 1922, p. 4). Assim, cuidados, conselhos, práticas e técnicas iam do corpo à imaginação, a exemplo da propaganda oficial e da publicidade comercial apresentando os novos produtos, remédios e cosméticos direcionados às lactantes.

Salientamos que, no contexto do determinismo biológico e também cultural, algumas sociedades acoplaram a amamentação ao instinto materno, bem como conseqüentemente à função do corpo feminino e ao desempenho social da maternidade. Para além da dimensão fisiológica, alguns vestígios apontam também a moralização da prática do aleitamento maternal, por meio da qual se transmitia a interpretação bíblica dos teólogos, artistas e filósofos da sacralização do corpo feminino nas obras iconográficas de Hans Memling (1430-1494) – *Virgem Amamentando ou Virgem do Leite* –, de Masolino da Panicale ou Giuliano Pesello (1367-1446) – *La Vierge de l'humilité* – e de Jean Fouquet (1420-1481) – *Madonna Surrounded by Seraphim and Cherubim*. Ângulos diferentes compartilham a imagem da virgem amamentando.

A obra pedagógica *Emílio ou Da Educação* (ROUSSEAU, 1995), do filósofo suíço Jean-Jacques Rousseau (1712-1778), publicada no ano de 1762, retrata, no Primeiro Livro, a educação do recém-nascido até os 2 anos de idade aproximadamente. Nesse período, a educação confunde-se com as atividades da ama ou mãe que alimenta e assegura a higiene do bebê.

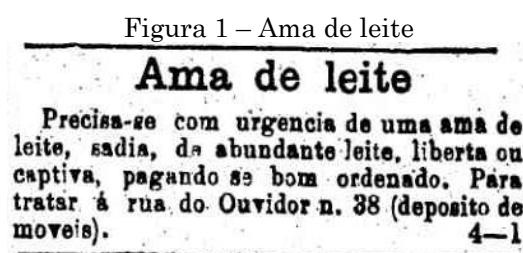
Através desses exemplos, é possível verificar a simbologia e a importância da amamentação na tessitura das práticas de saúde na sociedade em que os apelos volta-se à nutriz, pois, segundo Octavio Gonzaga, inspetor de Higiene Infantil de São Paulo, “[...] haverá, por ventura, quadro mais suavemente enternecedor do que o gesto natural e singelo de uma mulher que aconchega ao próprio seio o filho, para dar-lhe a vida de sua vida?” (O ESTADÃO, 21 abr. 1925, p. 3).

Os dados são bem elucidativos relativamente à sacralização da amamentação. No entanto, na impossibilidade da amamentação pela mãe, havia o recurso à contratação da ama de leite, prática remota e comum

registrada desde os tempos bíblicos, conforme a obra *Louis XIV et la Dame Longuet de La Giraudière*, do pintor francês Charles Beaubrun (1604-1692), em que retratou o futuro rei Luís XIV, então bebê, com sua enfermeira e ama de leite, Elisabeth Ancel. Além das recomendações de pessoas próximas à realeza, a escolha seguia igualmente as recomendações de higiene, boa saúde e boa moral da nutriz.

O papel da ama de leite na sociedade retratava, além de um recurso alimentar, uma relação de trabalho remunerado (CHINCHILLA, 2016). A contratação de nutrizes aponta que a decisão feminina ocorria nos “[...] mais diversos sectores sociais, ainda que o fizessem por razões não totalmente coincidentes” (SANTOS, 2013, p. 215). Os motivos variavam, desde os de saúde, estéticos, *status* social, até a independência dos sacrifícios acarretados por uma criação. Outro motivo a meditar aponta que a medicina do século XVII ponderava que o leite de uma grávida era prejudicial ao lactente, “[...] o que quer dizer que deveria ser bruscamente desmamado e prematuramente privado de alimento e da proceção provincial do ‘saudável leite materno’” (GRIECO, 1990, p. 105).

A prática pela contratação de amas de leite estendia-se ao povo brasileiro, de tal modo que, na transição do século XIX ao XX, eram recorrentes os anúncios de procura, oferta e aluguel de amas de leite nos periódicos de grande circulação pelo país, a exemplo do jornal de São Paulo. É um equívoco afirmar que havia preferência na escolha da ama de leite. Tanto a oferta quanto a procura eram variadas: procuravam-se mulheres jovens, senhoras, com ou sem filhos, do primeiro parto ou muitos, brasileiras ou estrangeiras, tais como as francesas, remuneradas ou filantropas, livres ou cativas, a exemplo do anúncio adiante.



Fonte: *O Estadão* (10 set. 1878, p. 9).

Poderíamos multiplicar os exemplos, no entanto, nessa diversidade, destacaremos apenas a condição da saúde da ama de leite. Para tanto, algumas exigências eram impostas: primeiro, o leite deveria ser abundante. Segundo, desejava-se que a ama tivesse um bom comportamento, comprovado por alguém que desse fiança de sua conduta. Terceiro, registros encontrados nas páginas do mencionado jornal apontam que alguns anunciantes solicitavam exame médico antes de firmarem o contrato para terem a certeza da saúde da mulher, a fim de garantirem que o leite da ama fosse bom e forte como critério de prevenção dos efeitos negativos da saúde da mãe no lactente. A respeito da escolha das amas, o Dr. Octavio Gonzaga alertava sobre os seguintes cuidados:

[...] A ama, antes de alugada, deve ser examinada sob o ponto de vista de taras hereditárias, alcoolismo, syphillis, tuberculose, etc. [...] não se descurando também o exame do seu filho. A idade deste não tem importância, convindo de preferência a ama cujo parto date de dois mezes devido tão somente á abundância do leite. Depois de um mez, isto é, o período de transição, o leite humano conserva a mesma composição até o fim da lactação; quer dizer que uma criança depois de um mez pode ser criada por uma ama cujo filho tenha vários mezes ou vice-versa. (O ESTADÃO, 21 abr. 1925, p. 3).

A atenção à higiene das amas era rigorosa, pois era vista como uma das causas da mortalidade infantil. Uma outra preocupação que cercava a saúde alimentar das crianças era o uso do leite animal (vaca e cabra), conforme mencionamos anteriormente, o que, no início do século XX, era suspeito de transmitir a tuberculose (O ESTADÃO, 19 mar. 1906) por meio do leite extraído das vacas doentes. Foi por volta de 1906 e 1915 que se acentuou o debate atinente ao leite contaminado pela tuberculose e ao risco à saúde humana, principalmente das crianças (O ESTADÃO, 23 maio 1915).

Alertas desse perigo não faltaram, a exemplo das declarações do Dr. Álvaro Graça no Rio de Janeiro, segundo quem “[...] o leite distribuído nesta capital não é examinado em condições que permitam a verificação de ser ou não elle precedente de gado tuberculoso” (O ESTADÃO, 4 mar. 1918, p. 2). Essa situação reforçava a necessidade de instruir as mulheres sobre o aleitamento; ante tal fato, algumas instituições se encarregaram dessa

missão. Hospitais, consultórios de lactantes, dispensários de puericultura, Clínica Infantil da Policlínica do Rio e Casa Maternal foram alguns dos estabelecimentos que se destacaram na assistência e orientação às mães. Na Casa Maternal, por exemplo, eram “[...] alojadas mulheres sans, em estado de gestação para repousar. Ahi permanecem depois do parto e, em salas de aleitamento especiaes, são orientadas sobre o modo de conduzir a amamentação natural” (O ESTADÃO, 24 ago. 1932, p. 3). Destacamos também a contribuição educacional dos orfanatos e casas de caridade, como o Amparo Maternal das Irmãs Franciscanas e o Asilo dos Expostos, que prestavam “[...] serviço de alimentação e assistência médica a essa classe de desprotegidos” (O ESTADÃO, 9 set. 1931, p. 7).

Na precariedade da irmandade, as crianças eram criadas e amamentadas pelas “amas-secas”, “amas de leite” ou “amas de criação”, que recebiam pagamento mensal pelos seus serviços. Geralmente essas crianças procediam de famílias pobres da localidade, as quais, ao término do período da amamentação, podiam ser acolhidas, ou entregues a parentes que as reclamassem, ou finalmente continuar sob a proteção da irmandade.

A nutrição da infância desassistida também não foi esquecida pelos higienistas. Tal preocupação remonta ao período anterior ao Hospital da Santa Casa, quando funcionava a Casa de Expostos das Misericórdias, obra do Visconde de Congonhas do Campo, instituída pela lei provincial n. 9, de 22 de novembro de 1837. Lá os “enjeitados” eram postos na “roda” .

A ação educacional das instituições entrelaçava os ensinamentos higiênicos e morais sobre o papel das mulheres no ato da amamentação, como na atuação da Inspeção de Educação Sanitária, em Ribeirão Preto, que desenvolvia uma série de conferências cuja programação do dia 22 de abril foi divulgada no jornal *O Estadão* (5 abr. 1930, p. 5: “Às 9 horas, segunda aula de Puericultura, aleitamento materno e sua importância, aleitação mercenária, higiene da nutriz, cuidados a observar na amamentação. Deficiência alimentar e superalimentação”²).

² Segundo o verbete elaborado por Jussara Gallindo: “O nome roda se refere a um artefato de madeira fixado ao muro ou janela do hospital, no qual era depositada a criança, sendo que, ao girar o artefato, a criança era conduzida para dentro das dependências do mesmo, sem que a identidade de quem ali

Não podemos deixar de mencionar o interesse pelo estudo do corpo feminino ainda no século XIX (VIEIRA, 2015), o que possibilitou o crescimento da medicina focada na saúde da mulher e, em extensão, na saúde infantil. Entretanto, no contexto do século XX, crescia nos centros urbanos industriais, a exemplo da capital paulista, o número de mulheres que, por ensejos distintos, não amamentavam os filhos. A esse respeito, eram comuns os alertas dos médicos, caso de Fernandes Figueira (SANGLARD, 2016), e dos integrantes do periódico aqui em questão sobre as consequências da perigosa prática ao desenvolvimento da criança, conforme queixava-se o puericultor Octavio Gonzaga:

[...] o abandono do aleitamento materno é um mal social, [...] mas cujos efeitos nocivos devemos procurar atenuar. Nas classes operarias o seu maior inimigo é a officina, que traz a mãe afastada do filho; nas classes elevadas o adversário é de outra natureza. No primeiro caso vae-se afastando o obstáculo, mercê das ‘creches’ instaladas nas officinas onde trabalham operarias nutrizes e nos bairros para as que exercem misteres domésticos – prática esta já adoptada no Rio de Janeiro pelo espírito clarividente de Fernandes Figueira, que com tanta devoção lá dirige os serviços de Higiene Infantil. No segundo caso o obstáculo é mais resistente radicado como está nos pretextos de que o aleitamento deforma e fatiga a mãe e apoiado na indiferença e complacência dos médicos que se mostram tolerantes para os caprichos do bello sexo, tolerância que faz lembrar a mallicia de Rousseau no seu ‘Emilio’: ‘É por intermédio das mulheres que os médicos adquirem a sua reputação, e é por intermédio dos médicos que as mulheres fazem as suas vontades’. Neste particular, porém, os médicos vão sendo mais inflexíveis comparando, como Schweizer, o desmame precoce e injustificado ao crime equivalente aos que se ocupam do aborto e de outros danos á saúde das Semi-mães, como appellidava Ambroise Paré á mulher que não amamentava o filho. (O ESTADÃO, 21 abr. 1925, p. 3).

Nas palavras do médico estavam as causas nocivas do desmame. O Dr. Octavio Gonzaga enumerava ainda outros casos que afastavam a mulher do aleitamento natural: as trabalhadoras e as mulheres que

colocasse o bebê fosse revelada. A roda dos expostos, que teve origem na Itália durante a Idade Média, aparece a partir do trabalho de uma Irmandade de Caridade e da preocupação com o grande número de bebês encontrados mortos. Tal Irmandade organizou em um hospital em Roma um sistema de proteção à criança exposta ou abandonada. As primeiras iniciativas de atendimento à criança abandonada no Brasil se deram seguindo a tradição portuguesa, instalando-se a roda dos expostos nas Santas Casas de Misericórdia. Em princípio três: Salvador (1726), Rio de Janeiro (1738), Recife (1789), e ainda São Paulo (1825-1961), já no início do império. Outras rodas menores foram surgindo em outras cidades após este período”.

negavam a amamentação, chamadas de “semimães” por conta da preocupação da deformação do “belo sexo”. Salientamos que, no primeiro caso, somada ao fato de a oficina afastar as operárias de suas obrigações da amamentação, pesava também a miséria das mães, o que redundava na produção de um leite débil, causando a elevada mortalidade infantil. Assim, além do excesso de trabalho, as operárias chegavam cansadas e fracas em casa e descuidavam da amamentação. Nesse sentido, “[...] o leite materno, em vez de levar às crianças a vida, leva o veneno”. O Dr. Álvaro Graça reforçava:

Confirmo as palavras do meu relatório, as quaes resultam da observação diária de 14 annos de prática no seio das populações daqui. Quem percorrer estes morros e os arredores testemunhará a negra miséria que lavra nos casebres e choupanas onde a falta de condições hygiênicas é absoluta. São construcções em sua maioria feitas de restos de materiais de velhas casas: taboas podres, carcomidas; pedaços de folhas de lata de kerozene; luz deficiente, que difficilmente logra penetrar nesses interiores paupérrimos, onde a chuva, por pequena que seja, é sufficiente para espalhar a humidade. A toda a miséria desses lares, cheios de exalações perniciosas à saúde, junte-se a miniatura deste quadro lamentável da pobreza do Rio: o consumo de alimentos de ínfima classe, quasi sempre deteriorados, os quaes ainda assim não estão ao alcance das bolsas, dos pobres. É nesse ambiente que se desenvolve a mortalidade infantil, pois na criança sob a influencia de tal meio e de tal alimentação manifestam logo os symptomas de miséria physiologica. Não falo como theorico, mas como médico habituado a visitar esses enfermos. Já estou cansado de os ver no meu consultório sempre com os mesmos olhos doentios e a mesma magreza das faces e dos membros; apresentando pequenas variantes na mesma forma clínica. Outro fator que exerce uma acção decisiva na mortalidade infantil é o facto das mães desses entosinhos, escravizadas por uma triste fatalidade, descurarem da amamentação: o leite materno, em vez de levar ás crianças a vida, leva o veneno, porque as desgraçadas mães amamentam os seus filhos cansadas e após exaustivos trabalhos. A alimentação, pois, das crianças é deficiente e prejudicial. Quando isto não succede, as crianças ficam entregues aos cuidados de estranhos, que não tem como ellas o cuidado que o organismo desses pequenos [...]. (O ESTADÃO, 4 mar. 1918, p. 2).

O perigo estava no descuido da mãe e das amas de leite pela alimentação infantil. No entanto, os recortes publicitários registraram também o caso de mulheres que apresentavam dificuldades na produção de leite, bem como aquelas que apresentavam rachaduras no bico dos seios e

outras doenças que causavam fraqueza. A solução para aumentar a produção do leite era a Leitina, um remédio utilizado para que as mulheres produzissem mais leite com a promessa de obter resultados seguros às mães que sabiam viver uma “vida higiénica”, além de elogiar a “maternidade consciente”, ou seja, moralmente aceita, e promover a “selecção e o aperfeiçoamento da raça”.

Participando da “maternidade consciente”, a luta para melhorar a amamentação das mães estava na pauta do movimento feminista brasileiro do século XX, além das publicidades comerciais, a exemplo do anúncio “Feminismo e amamentação” no produto que produzia leite, a Leitina:

Figura 2 – Feminismo e amamentação

FEMINISMO E AMAMENTAÇÃO

Prova de lucidez, de consciência clara, dão as mulheres que não aceitam a maternidade cega, que não permitem progeneratura ao pai alcoólatra ou louco, ao toxicomaniaco ou a luetico. A maternidade, assim consciente, promove a selecção e o aperfeiçoamento da raça. Importa, porém, que não falte ao filho o leite materno. Felizes as mães que amamentam! Felizes os filhos que beberam o leite de mãe! Esse líquido vital não falta às mães que sabem viver vida higiénica. E, se faltar? Recorrer então á “LEITINA”, de resultados seguros, de acção suave sem toxides, e que se encontra nas drogarias e pharmacias, especialmente á praça da Sé n. 94, onde se distribua gratuitamente o Guia Homoeopathico do dr. Alberto Seabra.

Fonte: *O Estadão* (11 maio 1928, p. 6).

O registro acima revela que o discurso médico-higienista também foi assimilado pelo movimento feminista na defesa de uma maternidade “consciente”, em que escolher um pai saudável deveria ser critério do aperfeiçoamento da raça, evitando-se o alcoólatra, o louco ou o drogado. Salientamos que a “[...] obra de aleitação materna e dos refúgios operários para gestantes”, da militante francesa Madame Bequet de Vienne Mabileau, influenciou o movimento feminista brasileiro (*O ESTADÃO*, 25 out. 1913).

No programa de ensino de puericultura do médico Clemente Ferreira constavam importância e dificuldades do aleitamento materno, diminuições do leite, escolhas de amas aos horários das mamaduras, como também “[...] aleitação mercenária, higiene da nutriz, cuidados a observar na alimentação, deficiência alimentar, super-alimentação” (O ESTADÃO, 14 out. 1910, p. 6).

As orientações do médico foram significativas em relação à propaganda oficial através das palestras, conferências, concursos de robustez infantil e concessões de prêmios para as mães que amamentassem seus bebês até 1 ano de idade. Tal medida partiu da experiência bem-sucedida no Grão Ducado de Saxe. Repercutiam, então, as propagandas oficiais do governo brasileiro no incentivo ao fortalecimento da raça, a exemplo dos concursos de robustez infantil realizados em dias especiais, tais como “Dia da Criança”, “Festa da Criança”, “Dia do Lactante”, festas que contavam com a presença de prefeitos, médicos, patrocinadores e público em geral.

Naqueles dias de concurso, as crianças eram julgadas pela robustez, sendo as vencedoras premiadas com diploma, brinquedos e dinheiro, nem sempre os três juntos, muito menos nessa ordem; nosso destaque é para a valorização da criança robusta na propaganda oficial a fim de estimular a amamentação materna. Segue o testemunho:

O segundo dia da ‘Semana da Criança’, hontem realizado, correu em meio de grande animação. Do ‘Dia do Lactante’, de que foi patrocinadora D. Maria Antonietta de Castro, realizaram-se as seguintes comemorações: ás 10 horas, na sede da Cruzada, effectuou-se a entrega dos prêmios ás crianças classificadas no concurso de robustez. Nelle se inscreveram 52 crianças. Feito o julgamento pela comissão julgadora, composta dos Dr. Sylio Sucupira, Rocha Botelho, Barros Vianna e Moraes Barros Filho, foi a seguinte a classificação das crianças para os cinco premios, respectivamente nas importâncias de 400\$, 300\$, 200\$, 100\$ e 50\$: 1º Premio - Claudio Joeneck, matriculado na Cruzada pró-infancia; 2º Premio - Ruy Lopes da Crèche Baroneza de Limeira; 3º Premio - Lovenio Capelini, do Centro do Bom Retiro; 4º Premio - Nair Vada, do Centro do Braz; 5º Premio - Edith Kaes, da Crèche Baroneza de Limeira. Mereceram menção honrosa. A todos foram distribuídos diplomas de robustez e brinquedos. A importância dos premios foi

oferecida pela Secretaria da Educação e por uma subscrição aberta pelo 'Diário Nacional'. (O ESTADÃO, 14 out. 1931, p. 6).

Havia também concurso e prêmios para as mães na categoria de “amamentação materna, fecundidade e hygiene do lar”. Não era surpresa que as comissões julgadoras fossem formadas por autoridades médicas, além de outras autoridades e das senhoras da alta sociedade. Estava posta à responsabilidade de uma geração forte, nesse sentido, a saúde das crianças brasileiras: sob a responsabilidade das mulheres, exigindo-se do corpo feminino a educação feminina. Daí a importância de instruir a mulher a respeito da amamentação. Nesse contexto, não foram poucas as ações e discursos em que se propagava o caráter higiênico e educativo da amamentação em estabelecimentos educacionais, nas práticas de saúde e nos métodos de incentivo, por exemplo, concursos, prêmios e campanhas oficiais.

No contexto da medicalização do corpo feminino, deu-se a necessidade de instruir as mães nos ideais higienistas que foram pedagogizados e propagados nos principais veículos de comunicação social, entre eles o periódico *O Estadão*; discursos e estratégias para promover o aperfeiçoamento da raça através da amamentação materna fizeram parte da intervenção higienista na sociedade brasileira. Assim, a publicidade de anúncios voltados à saúde feminina e o aleitamento saudável também foram laços extensionistas dessa intervenção médico-pedagógica, conforme apresentaremos a seguir.

3 O discurso higienista e a publicidade dos reforços alimentares da lactante

Nesse sentido, a pedagogização da dona de casa, ama de leite e operária, na busca da alimentação saudável e robusta, foi propaganda também nos anúncios publicitários, que, com o tom apelativo e persuasivo, utilizavam o discurso médico para vender os produtos na promessa de solucionar o mal das mulheres e das crianças fracas. Para atender à

demanda, as palavras de persuasão eram: tonificar, regenerar e robustecer, que eram o reflexo do discurso higienista daquela época. Assim, deu-se a inserção de alimentos com resultados “animadores”, como o leite Nestlé, remédios e cosméticos que afetavam a criança, progenitora e/ou ama de leite, tais como castanha brasileira, vitaminas, fortificantes, vinhos biogênicos, emulsões, purificadores do organismo, geradores de leite e purgantes para limpar o organismo feminino, como já registramos nas páginas precedentes.

Mostramos anteriormente também o consenso entre os higienistas quanto à importância do aleitamento materno, como também o reconhecimento de casos em que nem sempre era possível à mulher amamentar os próprios filhos ou os de outras mães. Médicos, como o Dr. Octavio Gonzaga, relatavam as “[...] dificuldades, impedimentos, impossibilidades e até proibições do aleitamento por parte das mães e que precisam ser cuidadosamente examinadas antes que se lavre uma sentença que pode vir a ser fatal ao recém-nascido” (O ESTADÃO, 21 abr. 1925, p. 3). Entre os casos em que as mães eram proibidas de amamentar estavam aqueles relacionados a doenças, como tuberculose, coqueluche, sarampo, varíola, escarlatina e difteria. Além desses casos, era recorrente a fraqueza das mulheres no período da gravidez e amamentação.

E foi justamente na busca de fortalecer a mãe do povo brasileiro que o discurso higienista impregnou a indústria alimentar e os anúncios publicitários com novos alimentos, remédios e cosméticos que circularam na sociedade brasileira, sobre os quais apresentaremos apenas alguns exemplos emblemáticos desses textos. Para tanto, dividiremos os reforços alimentares por categorias, a saber: alimentos naturais, industrializados e remédios.

Em uma quantidade reduzida, entre os alimentos naturais, destacamos o anúncio que circulava nas páginas do jornal *O Estadão* na década de 1930 sobre a castanha (*Bertholletia excelsa*) do Brasil, também denominada de castanha-do-pará, a qual, apesar do nome, é encontrada nos nove países amazônicos (Brasil, Peru, Colômbia, Equador, Bolívia, Guiana, Suriname, Venezuela e Guiana Francesa). Esse era um alimento ideal para

quem estivesse convalescente e para recuperar a saúde: bastavam duas castanhas, que equivaleriam a um ovo. O anúncio não apresentava imagem, apenas texto, em que se discursava sobre o valor nutritivo e as qualidades alimentícias do fruto para a saúde das gestantes, lactantes e lactentes. O preço do produto não era acessível às camadas populares, mas as castanhas estavam à venda nas melhores mercearias paulistas (O ESTADÃO, 24 maio 1933).

Na categoria de alimentos industrializados vindos de fora do país, já havia uma quantidade maior de anúncios encontrados no citado periódico ainda no século XIX, tendência que aumentou na centúria seguinte. Já mencionamos, no início deste artigo, o leite em pó e a farinha láctea da Nestlé (Suíça), bem como da aveia Quaker (Estados Unidos), além de vários outros que poderiam ser citados, no entanto focaremos a Carne Líquida, do Dr. Valdés García (Uruguai), e o Alimento Mellin (Itália). O primeiro tratava-se de um vigoroso tônico composto pelo suco da carne. Criado pelo médico de Montevideú Ramón Valdés García (1884-?), o produto esteve disponível em vários países da América Latina e da Europa. Eis a ilustração:

Figura 3 – Carne Líquida

CARNE LIQUIDA
do
Dr. Valdés García
é o fertilizante mais poderoso, rápido e económico entre todos os tónicos conhecidos

É extraordinariamente útil: na syphilis, no escrofulismo, histerismo, febre erupitiva, enfermidades crônicas, tuberculose, febre grave e enfermidades agudas, afecções do estômago, gastro-enteritis e dyspepsias, diabetes, saccharina, etc.

O seu uso é recomendado às senhoras enfraquecidas pela gestação e amamentação e às crianças para o seu desenvolvimento phisico.

Nos primeiros dias que se succodem a uma operação é o seu uso de grande vantagem e bem assim na fraqueza geral, anemia, chloro-anemia e nos convalescentes, pois, proporciona sempre o mesmo beneficio aos organos extenuados

Uma colher de CARNE LIQUIDA equivale a uma castalota de 250 grammas

Únicos Introdutores e representantes
Silva Gomes & Companhia
22 e 24
RUA DE S. PEDRO
22 e 24

A' venda em todas as drogarias e pharmacias

Fonte: *O Estadão* (3 jan. 1902, p. 3).

No mesmo estilo, havia o Alimento Mellin, produto produzido em Milão pela *Società Mellin D'Italia*. Feito à base de um extrato de cereal de trigo e malte (maltose e dextrina), era recomendado tanto às mães quanto aos filhos. O produto alimentício também teve uma boa receptividade em vários países, como em Portugal (BRAGA, 2007).

Além de fazerem menção a produtos de marcas estrangeiras, os dois anúncios de alimentos ainda não recorriam ao uso da imagem infantil no mencionado período, entretanto mencionavam o endereço dos representantes no estado de São Paulo e a sugestão de recomendação às senhoras enfraquecidas pela gravidez e amamentação, como também ao desenvolvimento físico das crianças. Ademais dos termos técnicos da área de saúde, os dois anúncios apresentavam também o estilo comparativo presente na tipologia empregada por Rui Guerra (2004), cujos produtos são “o mais que é possível”, “mais perfeitos”, “mais eficazes” do que a natureza.

Assim, os anúncios vendiam a ideia de que o alimento industrializado era mais eficaz do que aquele fornecido pela natureza, assim “[...] uma colher da ‘Carne Líquida’ equivale a uma costelleta de 250 gramas” (O ESTADÃO, 3 jan. 1902, p. 3), enquanto o Alimento Mellin “[...] é o substituto mais perfeito da alimentação natural das crianças, assenta os cimentos d’uma saúde robusta e duradoura para todos” (O ESTADÃO, 12 nov. 1912, p. 12), ou seja, a mensagem da substituição da comida natural pela artificial passou a ser divulgada e reforçada em uma década de publicidade alimentar.

Na categoria dos remédios, encontramos uma maior variedade dos produtos e inexatidão nas denominações, a exemplo do Tonificante Horlick’s, Gerador de Leite Lactífero, Vitamina Lorenzini, Purificador Vegetariano do Dr. Orhmans, Lactomina, Purgante Purgeh, Fortificante Galactophoro, Regenerador Ankilostomina Fontoura, Estimulante Composto Ribott, Vinho Biogênico, Purificador Lovanor e Emulsão Óleo de Fígado de Bacalhau.

Em comum, os textos dos anúncios apelavam para as lactantes que sofriam “[...] por falta de leite para amamentar os próprios filhos”, pois “[...] as crianças são sempre fortes e robustas quando amamentadas pelas

próprias mães e lactentes” (O ESTADÃO, 21 out. 1928, p. 14). Com base na tipologia empregada por Rui Guerra (2004), constatamos anúncios que recorriam ao estilo atmosférico, em que a imagem da criança robusta representava o desejo de muitas mães. Vejamos o anúncio à frente:

Figura 4 – Galactophoro



Fonte: *O Estadão* (11 out. 1924, p. 2).

Com o recurso fotográfico, o anúncio buscava deslocar o texto para a imagem, a fim de sensibilizar a mãe, mas também a psique de qualquer leitor daquele contexto (DONDIS, 1997). A linguagem visual acompanhava a verbal. A peça anunciava um tônico direcionado às mulheres com baixa produção de leite, com prejuízo à amamentação e constituindo um risco à saúde infantil. O Galactophoro prometia aumentar a produção de leite e deixar a criança sadia e forte tal qual o bebê Raphael Botelho Perrone, alimentado com o referido leite, segundo o texto do anúncio.

A propagação do discurso higienista generalizou-se nos anúncios com a intenção talvez de impregnar-se nas “mentalidades até se banalizar” (VIGARELLO, 1996, p. 12). Para tanto, trazia a voz dos médicos, tal qual o renomado Dr. Serafim Vieira de Almeida, apresentado nas páginas anteriores. E muitos outros nomes de médicos também eram citados nos anúncios, como, por exemplo, Dr. Rubião Meira (1878-1946)³, Dr. E.

³ Patrono da Cadeira n. 51 da Academia de Medicina de São Paulo, o clínico Domingos Rubião Alves Meira foi um respeitado médico na época, além de professor de Medicina, escritor, político e ex-reitor da Universidade de São Paulo.

Vampres Margarido Filho, médico clínico, Dr. Olindo Chiaffarelli, entre outros, conforme o reclame adiante:

Figura 5 – Vitamina Lorenzini



Fonte: *O Estadão* (24 fev. 1925, p. 2).

Com uma linguagem sem predomínio da ilustração, o anúncio recorria à linguagem verbal, a exemplo do formato da mensagem, para promover o uso da Vitamina Lorenzini. Com base na tipologia empregada por Rui Guerra (2004), o anúncio nomeia os médicos para reforçar a autoridade médica, além de listar a cura, palavras técnicas e doenças. Trata-se também de um anúncio do estilo de execução, em que o produto tem a experiência e a autoridade do Departamento Nacional de Saúde Pública (Decreto n. 16.300, de 31 de dezembro de 1923), subordinado ao então Ministério de Estado da Justiça e Negócios Interior para atender às seguintes funções: fiscalização dos gêneros alimentícios, dos produtos farmacêuticos e de quaisquer outros produtos biológicos expostos à venda; fornecimento de medicamentos oficiais, de acordo com o Decreto n. 13.159, de 28 de agosto de 1918, por intermédio do Instituto Oswaldo Cruz; organização, orientação e execução dos serviços de higiene infantil e educação sanitária; e principalmente organização do serviço de propaganda.

No último ponto dedicado à saúde das lactantes, estão os remédios voltados para aliviar a dor feminina causadas por rachaduras nos seios devido à amamentação. Não era raro encontrar mulheres em tais situações, a ponto de o Dr. Octavio Gonzaga enunciar o seguinte diagnóstico:

Para o lado da mãe há as fendas ou rachaduras da mamila provocando dôres intensas quando a criança suga: o mesmo

acontece com a inflamação do seio (mastite) que não justifica o desmame em quanto o permitirem as dores sofridas pela paciente, tanto mais que a sucção de leite e o esvaziamento subsequente abrandam o seio doente e concorrem para o allivio da inflamação. Há os casos de efeitos do bico do seio como as mamilas côncavas que dificultam a sucção; mesmo assim, convém tentar a experiência, pois os recém-nascidos logram frequentemente vencer as dificuldades de taes obstáculos, aferrando-se á aureola que circunda a mamila. (O ESTADÃO, 21 abr. 1925).

Para aliviar as dores nas “mamilas côncavas” e proporcionar o alimento saudável do leite materno, a solução estava no remédio Florilegio Therapeutico. Mas, caso as senhoras necessitassem fortificar-se, era necessário ingerir o Lovanor, que era um refrigerante tonificante (O ESTADÃO, 4 nov. 1925).

Para finalizar, destacamos que os reforços alimentares compuseram as estratégias dos médicos higienistas no incentivo à amamentação, vista como uma das obrigações da mãe ao combate à mortalidade infantil, visando ao aperfeiçoamento da raça brasileira. Por tal caminho, foi possível acompanhar os passos, ainda que incipientes, da construção da saúde pública no Brasil.

4 Considerações finais

Ao longo da exposição deste artigo, encontra-se a preocupação da mortalidade infantil brasileira presente no debate de médicos-higienistas desde as causas até as estratégias de combate através da propagação ideológica dos ideais da higienização e moralização da amamentação, somadas à instrução feminina e à inserção de reforços alimentares nas publicidades anunciadas nas páginas do jornal *O Estadão* de tonificantes voltados à saúde das nutrizes.

Os dados são bem elucidativos acerca da importância da amamentação no desenvolvimento da criança e, por conseguinte, dos demais indivíduos do país, como também revelam a preocupação diante do crescimento do número de mulheres nos grandes centros urbanos

brasileiros, como na capital paulista em meados do século XX, em que as mulheres deixavam de amamentar a prole.

O que se verificou a partir das fontes foram diversas situações em que as mulheres não amamentavam, as quais não se restringiam à estética. Constatamos também: 1) Mulheres transgressoras do papel biológico da maternidade associado à amamentação; 2) Operárias que produziam um leite pernicioso à criança por conta do excesso de trabalho e de fadiga; 3) Mulheres doentes com rachaduras nos bicos dos seios, sem produção de leite e com tuberculose, entre outras doenças.

Nesse sentido, o discurso higienista foi visível nas propagandas oficiais que promoviam concursos e premiação às mães exemplares, favorecendo a inserção de alimentos/remédios considerados reforços alimentares, como o Tonificante Horlick's, o Gerador de Leite Lactífero, a Vitamina Lorenzini, o Purificador Vegetariano do Dr. Orhmans, a Lactomina, o Purgante Purgeh, o Fortificante Galactophoro, o Regenerador Ankilostomina Fontoura, o Estimulante Composto Ribott, o Vinho Biogênico, o Purificador Lovanor e a Emulsão Óleo de Fígado de Bacalhau.

Nas campanhas publicitárias, além da imagem da criança robusta, estava a sugestão da substituição do alimento industrializado pelo natural em apelo à saúde da lactante e conseqüentemente dos lactentes. Por esse raciocínio, destacamos que o discurso médico-higienista consentiu quanto à inserção de novos produtos e indústrias no país no período de 1900 a 1940. Quer a propaganda oficial, quer a publicidade estampavam, nas linhas e entrelinhas, o consentimento dos higienistas, bem como o da sociedade brasileira na inserção e até na substituição de alimentos naturais por industrializados na dietética das lactantes e dos lactentes no primeiro quartel do século XX.

Referências

ALMEIDA, Maria Antonia Pires de. As epidemias nas notícias em Portugal: cólera, peste, tifo, gripe e varíola, 1854-1918. *História, Ciências, Saúde*, Manguinhos, v. 21, n. 2, p. 687-708, 2014. DOI: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0104->

59702014000200012>. Disponível em: www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-597020140002000687&script=sci_abstract&tlng=pt Acesso em: 20 out. 2018.

ANTUNES, José Leopoldo Ferreira et al. Tuberculose e leite: elementos para a história de uma polêmica. *História, Ciências, Saúde*, Manguinhos, v. 9, n. 3, p. 609-623, 2002. DOI: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0104-59702002000300007>>. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-59702002000300007&script=sci_abstract&tlng=pt Acesso em: 20 out. 2018.

BARBIERI, Carolina Luisa Alves; COUTO, Márcia Thereza. As amas-de-leite e a regulamentação biomédica do aleitamento cruzado: contribuições da socioantropologia e da história. *Cadernos de História da Ciência*, São Paulo, v. 3, n. 1, p. 61-76, 2012. Disponível em: http://periodicos.ses.sp.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-76342012000100003&lng=pt Acesso em: 20 out. 2018.

BAUBÉROT, Arnaud. Un projet de réforme hygiénique des modes de vie: naturistes et végétariens à la Belle Époque. *French Politics, Culture and Society*, New York, v. 26, n. 3, p. 1-22, 2008. Disponível em: https://www.jstor.org/stable/42843560?seq=1#page_scan_tab_contents Acesso em: 20 out. 2018.

BEAUBRUN, Charles. *Louis XIV et la Dame Longuet de La Giraudière*. 2012. Disponível em: <http://www.fineart-china.com/htmlimg/image-82669.html> Acesso em: 15 maio 2018.

BOMENY, Helena. *Quando os números confirmam impressões: desafios na educação brasileira*. Rio de Janeiro: CPDOC, 2003.

BOSI, Maria Lúcia Magalhães; MACHADO, Márcia Tavares. Amamentação: um resgate histórico. *Cadernos ESP: Escola de Saúde Pública do Ceará*, Fortaleza, v. 1, n. 1, p. 17-25, 2005. Disponível em: <http://www.esp.ce.gov.br/cadernosesp/index.php/cadernosesp/article/view/4> Acesso em: 23 out. 2018..

BRAGA, Isabel M. R. Mendes Drumond. Alimentação e publicidade alimentar na Revista ABC. *Turres Veteras IX: História da Alimentação*, Lisboa, p. 215-225, 2007.

BRAGA, Paulo Drumond; BRAGA, Isabel M. R. Drumond. Do leite à açorda. Para a história da alimentação infantil (séculos XVI-XIX), o tempo dos alimentos e os alimentos no tempo. In: ARAÚJO, Maria Marta Lobo de et al. (Coord.). *O tempo dos alimentos e os alimentos no tempo*. Braga: Centro de Investigação Transdisciplinar Cultura, Espaço e Memória, 2012. p. 147-166.

CAETANO, Joaquim; ESTRELA, Rui. *Introdução à publicidade*. Porto: IPAM, 2004.

CHINCHILLA, María José Ortega. Una perniciosa costumbre. Discursos sobre la lactancia asalariada en Portugal en el siglo XVIII. *Aljaba*, Buenos Aires, v. 20, p. 187-204, 2016. Disponível em: http://www.scielo.org.ar/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1669-57042016000100012 Acesso em: 20 out. 2018.

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO. *Seção 1, 1/2/1924, p. 3199*. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1920-1929/decreto-16300-31-dezembro-1923-503177-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 15 maio 2018.

ESTRELA, Rui. *A publicidade no Estado Novo (1932-1959)*. Lisboa: Simplesmente Comunicando, v. I, 2004.

FERREIRA, António Gomes. A criança e o seu desenvolvimento em discursos médicos e pedagógicos que circularam no contexto português (séculos XVIII a XX). *Educação em Revista*, Belo Horizonte, v. 26, n. 1, p. 215-234, 2010. DOI: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0102-46982010000100011>>. Disponível em:

http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-46982010000100011&script=sci_abstract&tlng=pt

Acesso em: 20 out. 2018.

GALLINDO, Jussara. A roda dos expostos. In: GALINDO, Jussara. *Glossário História do Brasil*. Disponível em: http://www.histedbr.fe.unicamp.br/navegando/glossario/verb_c_roda_dos_expostos.htm#_ftn1 Acesso em: 15 maio 2018.

GÓIS JUNIOR, Edivaldo. Higienismo. In: JAIME GONZÁLES, Fernando; FENSTERNSEIFER, Paulo Evaldo (Org.). *Dicionário crítico de Educação Física*. Ijuí: Unijuí, 2014. p. 361-363.

GRIECO, Sara Mattherws. El cuerpo, apariencia y sexualidad. *Storia delle Donne*, Roma, n. 3, 1990.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *IBGE Educa*. Rio de Janeiro: IBGE, 2018. Disponível em: <<https://teen.ibge.gov.br/biblioteca/274-teen/mao-na-roda/1726-fecundidade-natalidade-e-mortalidade>>. Acesso em: 15 maio 2018.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Séries estatísticas retrospectivas*. Rio de Janeiro: IBGE, 1986. Copatrocínio da CNI. Os volumes 1 e 2 são fac-símiles; v. 1 editado em 1941; v. 2, t. 1, 1907; v. 2, t. 2, 1908; v. 2, t. 3, 1909.

MARQUES, Marília Bernardes. *Discursos médicos sobre seres frágeis*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2001.

MENDICINO, Cássia. *As epidemias que finalizaram o século XIX*. A febre amarela nas Américas do Sul e do Norte Disponível em: <https://minimumvita.blogspot.com.br/2012/04/as-epidemias-que-finalizaram-o-seculo.html?spref=fb> Acesso em: 20 out. 2018.

MOTTA, Ronaldo Serôa da; VERSIANI, Flávio Rabelo; SUZIGAN, Wilson (Coord.). *O Brasil, suas riquezas naturais, suas indústrias*. Brasília, DF: Secretaria de Planejamento da Presidência da República, 1986.

O ESTADÃO (1900-1940). *O Estadão*. Disponível em: <http://acervo.estadao.com.br/pagina/> Acesso em: 20 out. 2018.

PERNAMBUCO. *Decreto n. 16.300, 31 de dezembro de 1923*. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1920-1929/decreto-16300-31-dezembro-1923-503177-publicacaooriginal-1-pe.html> Acesso em: 15 maio 2018.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. *Emílio ou da Educação*. São Paulo: Bertrand Brasil, 1995.

RUIZ RODRIGO, Cándido; PALACIO LIS, Irene. *Higienismo, educación ambiental y previsión escolar: antecedentes y prácticas de educación social en España (1900-1936)*, Valencia: Universitat, 1999.

SANGLARD, Gisele. *Amamentação e políticas para a infância no Brasil: a atuação de Fernandes Figueira (1902 -1928)*, Rio de Janeiro: Fiocruz, 2016.

SANTOS NETO, Hermano Balbino dos; BARBOSA, Ivan Santo. *Propaganda e publicidade, linguagem e identidade, consumo e cidadania: articulação entre conceitos e suas significações*. Santo: Intercom, 2007.

SANTOS, Luiz Antônio de Castro. Um século de cólera: itinerário do medo. *Physis: Revista de Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 4, n. 1, p. 79-110, 1994. DOI: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0103-73311994000100005>>. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-73311994000100005&script=sci_abstract&tlng=pt Acesso em: 20 out. 2018.

SANTOS, Maria José Moutinho. A ama de leite na sociedade tradicional: uma leitura de folhetos de cordel. *Revista da Faculdade de Letras: História*, Porto, v. 4, n. 2, p. 213-226, 2013. Disponível em http://periodicos.ses.sp.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-76342012000100003&lng=pt&nrm=iso Acesso em: 23 out. 2018.

SILVA, Antônio Augusto Moura da. *Amamentação: fardo ou desejo? Estudo histórico-social dos saberes e práticas sobre aleitamento na sociedade brasileira*. 1990. Dissertação (Mestrado em Medicina Preventiva) – Programa de Pós-Graduação em Medicina Preventiva, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 1990.

SOUZA, Luciana Maria Borges da Matta; ALMEIDA, João Aprigio Guerra de. *História da alimentação do lactente no Brasil: do leite fraco à biologia da excepcionalidade*. Rio de Janeiro: Revinter, 2005.

VIEIRA, Elisabeth Meloni. *A medicalização do corpo feminino*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2015.

VIGARELLO, Georges. *O limpo e o sujo: uma história corporal*. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

Recebido em novembro de 2018.
Aprovado em novembro de 2018.